

Ministério de Minas e Energia  
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

Sumário

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico</b>                                                     | <b>1</b>  |
| Título: TCU vê falhas graves e põe em xeque aditivo para ferrovia da Vale           | 1         |
| Título: Petrobras quer venda mais rápida da Braskem                                 | 3         |
| Título: Estatal prevê prêmio por fatia final da TAG, diz diretor                    | 5         |
| Título: Expansão do S11D vai depender do mercado, diz Vale                          | 7         |
| Título: Siderúrgicas vão reajustar preço em 10% em janeiro                          | 8         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo</b>                                                | <b>10</b> |
| Título: Odebrecht adia assembleia e tenta alinhar com credores acordo sobre Braskem | 10        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo</b>                                                   | <b>12</b> |
| Título: Otimismo leva Bolsa de SP a superar os 110 mil pontos                       | 12        |

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 05/12/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Murillo Camarotto — De Brasília**

**Título: TCU vê falhas graves e põe em xeque aditivo para ferrovia da Vale**

A mineradora Vale poder enfrentar dificuldade para obter o aval do Tribunal de Contas da União (TCU) à renovação antecipada do contrato de concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC). O relatório técnico do órgão de controle aponta uma série de falhas nos estudos apresentados e, principalmente, a ausência de vantagens à União em conceder 30 anos adicionais ao contrato.

No documento, os auditores sugerem que o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) se abstenham de assinar a prorrogação até que um novo estudo seja apresentado. Foi recomendado um prazo de até 180 dias para que as correções sejam entregues ao TCU.

O parecer, contudo, ainda terá que ser analisado pelo relator do caso, ministro Bruno Dantas. Responsável pelos processos do setor de infraestrutura nos últimos dois anos, Dantas tem demonstrado alinhamento com os pleitos do governo na área, mas ainda não se sabe como vai se manifestar no processo da Vale.

Os problemas identificados pelo TCU contemplam o valor da base de ativos da ferrovia, as previsões de demanda, o cálculo da tarifa das cargas próprias da Vale, a taxa de desconto da modelagem econômica do novo contrato e os estudos de vantajosidade.

“Em suma, o estudo não demonstra quais são os benefícios efetivos e concretos ao interesse público que justificariam medida urgente tão extrema de dilação contratual”, afirma o relatório do TCU, ao justificar a recomendação para que o governo não assine o novo contrato até a atualização dos estudos.

“A avaliação conclusiva deste Tribunal a respeito da prorrogação antecipada da EFC só poderá ocorrer após o tratamento dos referidos estudos pela ANTT a respeito das propostas de encaminhamento tecidas neste relatório”, completam os auditores.

Entre as principais alterações recomendadas está um novo estudo de demanda para o minério de ferro transportado na ferrovia. De acordo com o relatório, não há um levantamento feito pelo poder público nos estudos já apresentados pela ANTT.

Também foi requerido o recálculo da tarifa de transporte de cargas próprias da Vale e a inclusão da possibilidade de que alguns itens sejam expurgados da base de ativos da ferrovia. O objetivo dessa medida é definir quais itens poderão entrar no cálculo de indenização da companhia.

Inaugurada em 1985, a EFC foi concedida à Vale em 1997, logo após sua privatização. O contrato de concessão expira somente em 2027, mas a empresa

está pleiteando extensão até 2057. O pedido de prorrogação foi protocolado no TCU em julho último.

Já considerando o novo prazo, a ferrovia planeja investimentos de R\$ 8,22 bilhões ao longo do contrato. Desse total, R\$ 3,5 bilhões seriam aplicados em vagões, R\$ 2,76 bilhões em trilhos e R\$ 1,96 bilhão em locomotivas. A data-base dos valores, segundo a ANTT, é dezembro de 2017.

Nos bastidores do tribunal, o entendimento é de que a prorrogação “subiu no telhado” e que, do jeito que está, não deve ser autorizada antes de 2021. Semana passada o TCU aprovou a renovação antecipada da concessão da Malha Paulista (da Rumo), mas o aval só saiu após mais de dois anos de análise e mediante diversas alterações.

A avaliação interna é de que os projetos chegaram inconsistentes e que há pressão do governo pela liberação. Também teve influência a demissão de Adalberto Vasconcelos, que é servidor do TCU e estava à frente do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) no governo de Michel Temer. “Ele era o filtro de qualidade e uma espécie de avalista para nós”, afirmou uma fonte no TCU.

Vasconcelos atuava no PPI junto com o atual ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Alçado a super ministro no novo governo, Freitas sacou Vasconcelos do programa e agora busca comandar a agenda de notícias positivas para a gestão de Bolsonaro. Ele tem atuado, segundo avaliação interna do TCU, como contraponto ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que está à frente das medidas “impopulares” do governo.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 05/12/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Francisco Góes e Rodrigo Polito — De Nova York e do Rio**

**Título: Petrobras quer venda mais rápida da Braskem**

O comando da Petrobras criticou ontem o plano da Odebrecht de vender a Braskem em um prazo de até três anos. Na visão da petroleira, um prazo razoável para realizar a venda da companhia petroquímica seria de 12 meses. O prazo de até 36 meses para a venda da Braskem faz parte de um acordo em fase avançada de negociação da Odebrecht com bancos credores, conforme informado pelo **Valor** na terça-feira.

“Ontem [terça-feira] soube que a Odebrecht tem plano para vender Braskem em 36 meses. Como acionistas da Braskem, somos fortemente contrários a isso porque esse plano parece um plano de alguém que não quer vender nada. A Odebrecht está em uma situação financeira difícil e deveria acelerar a venda de

Braskem. Nós queremos vender 100% de nossa fatia na Braskem”, disse ontem o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em entrevista coletiva, após participar de encontro com investidores, em Nova York.

“Como acionistas, não fomos oficialmente comunicados pela Odebrecht, soubemos do plano pelo **Valor** e estamos em desacordo com esse plano. Um prazo razoável para a venda da Braskem seria de 12 meses”, completou ele.

Segundo a diretora de Refino e Gás da Petrobras, Anelise Lara, a venda da Braskem no prazo defendido pelo presidente da estatal seria mais fácil em um processo de “follow on” (oferta subsequente de ações, porque uma operação de fusão e aquisição, em geral, demora mais tempo).

“O que vimos neste ano é que a Braskem perdeu muito valor desde o começo de 2019 dadas as mudanças no ciclo do setor petroquímico, mas também em função de outros problemas de gestão na companhia e também questões ambientais em Alagoas”, acrescentou a executiva.

Segundo ela, uma maneira de acrescentar valor à petroquímica seria mudar o acordo de acionistas de forma a ter somente uma única classe de ações. “E então podemos ter uma governança de alto nível com maior participação de todos os acionistas na administração da empresa”.

Castello Branco concordou com a diretora. “Seria a melhor solução para todos os investidores e para o mercado de capitais, especialmente o brasileiro”.

Ele lembrou que a Braskem esteve para ser vendida para o grupo Lyondell na primeira metade deste ano, “mas infelizmente, dados alguns erros feitos por Odebrecht e pelos problemas ambientais enfrentados em Alagoas, [a venda] não foi realizada”.

Segundo a diretora Financeira e de Relações com Investidores da Petrobras, Andrea Almeida, será o mercado que irá dizer quanto vale a fatia da estatal na Braskem.

Em comunicado divulgado ontem, a Braskem informou que a Odebrecht afirmou não haver “qualquer definição entre as partes neste sentido [venda da Braskem] e nem se pode ainda assegurar se, quando e em que termos um acordo de fato se concretizará”.

A Odebrecht possui 38,3% do capital votante e 50,1% do capital total da Braskem. Já a Petrobras tem 36,1% do capital votante e 47% do capital total da empresa.

Segundo Andrea, a fatia na Braskem, assim como a participação remanescente de 37,5% na BR Distribuidora, ativos de exploração e produção (E&P) e ativos na Bolívia são oportunidades adicionais de desinvestimentos que não integram o atual do plano de venda de ativos. A empresa espera levantar de US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões com venda de ativos no período de 2020 a 2024.

Sobre a BR Distribuidora, a executiva repetiu que o mercado é que vai dizer qual o valor da fatia da Petrobras na empresa, “mas, como é uma empresa mais líquida e aberta, pode se pensar em um nível de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões.

Com relação à situação financeira da Petrobras, Castello Branco disse que, mesmo com alavancagem em queda, devendo chegar a 1,5 vez a dívida líquida/Ebtida em 2020, a obtenção do grau de investimento não está garantida. Isso depende, disse, do julgamento das agências de risco e do ambiente macroeconômico brasileiro.

“O que estamos perseguindo é fazer o nosso trabalho, fazendo o que for preciso para atingir o grau de investimento e, mais importante do que isso, melhorar nossa percepção de risco por parte dos investidores e garantir menores ‘spreads’ em nossa dívida”, disse o presidente da Petrobras.

A diretora Financeira e de Relações com Investidores da companhia lembrou que a empresa depende do risco soberano do Brasil para alcançar o grau de investimento. “Se o Brasil continuar melhorando e nós fizermos as coisas certas podemos chegar lá [obter o grau de investimento]”, afirmou a executiva.

Com relação à expectativa de distribuição de dividendos, Andrea destacou que, “se tudo for de acordo com o plano [plano estratégico 2020-2024]”, a companhia deverá pagar cerca de US\$ 3 bilhões em dividendos em 2020. “Mas será a longo prazo que o investidor deve esperar um dividendo maior, depois que atingirmos US\$ 60 bilhões. Os US\$ 3 bilhões de dividendos para 2020 consideram o preço do petróleo tipo Brent a US\$ 65 por barril.”

De acordo com o plano 2020-2024, detalhado ontem para investidores em Nova York, a Petrobras pretende pagar US\$ 34 bilhões em dividendos ao longo do período.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 05/12/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Gabriel Vasconcelos e Juliana Schincariol — Do Rio

**Título:** Estatal prevê prêmio por fatia final da TAG, diz diretor

A Petrobras planeja vender “com prêmio” a fatia remanescente de 10% que possui na Transportadora Associada de Gás (TAG), afirmou ontem o diretor de relações institucionais da petroleira, Roberto Ardhenguy.

De acordo com o executivo, portanto, o preço dessa fatia residual da TAG não será proporcional aos R\$ 33,5 bilhões pagos por 90% das ações, em junho deste ano, pela francesa Engie, a Engie Brasil Energia e o fundo de pensão canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ).

“A vantagem agora é que podemos vender com prêmio”, disse Ardhenguy a jornalistas na saída de evento para empresários no Rio. “Eles (Engie e CDPQ) têm direito de preferência. Quando você quer adquirir o controle total, você tem de pagar mais”, completou.

A Petrobras tem sinalizado disposição em vender sua participação na TAG. Ardhenguy lembrou que o próprio presidente da empresa, Roberto Castello Branco, já apresentou a ideia de vender a parte da petroleira no negócio de gasodutos entre as regiões Sudeste e Nordeste.

Um dia antes das declarações, na terça-feira, o diretor-presidente Engie Brasil Energia, Maurício Bähr, afirmara que o grupo pretende sim exercer seu direito de preferência e que o negócio tende a ser concluído ainda no primeiro semestre de 2020. Bähr disse que a Engie tem prioridade para comprar de 65% a 70% da fatia restante da Petrobras na TAG. O restante ficaria a cargo do fundo canadense, que ainda não se posicionou.

O diretor da Petrobras também disse que as oito refinarias da empresa serão o “grosso” do desinvestimento previsto entre 2020 e 2024. A petroleira prevê levantar entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões com a venda de ativos no período. “São oito refinarias. Esse é o grosso, os [desinvestimentos] mais parrudos. As refinarias são os maiores, porque a gente já vendeu os três gasodutos, vendemos a Liquigás e vendemos a nossa participação na BR [Distribuidora].”

Ele lembrou ainda que a venda do parque de refino deve acontecer até 2022, conforme previsto em acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e disse que não há previsão de venda de ativos do pré-sal. “A gente não vai vender nenhum grande projeto do pré-sal. É onde nós somos os líderes naturais. Tem um retorno gigantesco e é uma coisa que a gente conhece”, afirmou.

Sobre a diferença entre os valores mínimo e máximo previsto para ser levantado com desinvestimentos (US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões), Ardhenguy disse que se deve a eventuais variações na estratégia. Explicou que uma venda pode ser favorável em um primeiro momento, mas, depois, nem tanto. Além disso, uma segunda variável seria a necessidade de caixa da empresa para realizar investimentos. “São esses dois elementos que fazem você fazer um range maior. Vai depender muito da valoração do ativo naquele momento e se é necessário você vender o ativo por precisar de dinheiro.”

A necessidade de caixa, afirmou Ardhenguy, está diretamente ligada aos investimentos em exploração e produção do pré-sal. “Nos projetos de óleo e gás, você tem um investimento inicial por seis ou sete anos ali, só botando [dinheiro]. É uma coisa de louco porque nenhum setor no mundo, nem a mineração, tem uma coisa [investimento] tão estendida como óleo e gás, em que se coloca tanto dinheiro na frente para começar a produzir depois de sete anos”, disse.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 05/12/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rafael Rosas — Do Rio**

**Título: Expansão do S11D vai depender do mercado, diz Vale**

A decisão da Vale sobre a expansão da capacidade produtiva do projeto S11D, na Serra Sul de Carajás, para 150 milhões de toneladas de minério de ferro por ano vai depender fundamentalmente da demanda do mercado. Em apresentação ontem para analistas e investidores em Londres, o presidente da mineradora, Eduardo Bartolomeo, foi taxativo ao afirmar que a companhia não pretende investir para criar capacidade excessiva de produção.

“Vamos olhar para o passado, ver o que fizemos certo e o que fizemos errado”, frisou Bartolomeo.

O projeto S11D, o maior de minério de ferro na história da companhia, tem capacidade de produção de 90 milhões de toneladas e expansão já assegurada para chegar a 100 milhões de toneladas. Em maio, em Barcelona, Bartolomeo já havia informado a investidores que a empresa estudava a possibilidade de elevar a capacidade produtiva no local para 150 milhões de toneladas/ano em um horizonte além de 2020.

Também no evento, o diretor-executivo de Ferrosos da Vale, Marcelo Spinelli, reiterou que uma expansão do S11D estará condicionada à demanda do

mercado, mas lembrou que o tipo de minério da região, com teor mais alto de ferro, pode ser mais procurado. “A expansão depende do mercado, mas a qualidade [do minério] é chave para isso”, afirmou Spinelli.

O diretor disse ainda que a companhia espera retomar em um mês a operação normal da mina de Brucutu, em Minas Gerais. Spinelli lembrou que na segunda-feira a Vale suspendeu temporariamente a disposição de rejeitos na barragem Laranjeiras, ligada ao sistema de produção de Brucutu, para que se possa avaliar as características geotécnicas da barragem.

“Decidimos reduzir a operação em Brucutu para garantir que Laranjeiras esteja bem. Esperamos voltar ao normal em Brucutu em um mês”, disse Spinelli.

O diretor de ferrosos frisou que o custo de produção dos finos de minério de ferro da mina ao porto - chamado de custo caixa C1 - da Vale deverá passar de US\$ 15 por tonelada estimados para este ano para US\$ 13,5 por tonelada em 2024. No terceiro trimestre, esse custo ficou em US\$ 15,3 por tonelada. Já o custo do frete marítimo para o minério de ferro produzido pela Vale deverá passar dos US\$ 18 por tonelada estimados para este ano para US\$ 16,3/tonelada em 2024.

O diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani Pires, por sua vez, lembrou que a empresa vai elevar a produção entre 10% e 30% até 2022 nos seus três principais negócios: minério de ferro, cobre e níquel.

Siani também reiterou que trabalha em diferentes cenários para a Vale Nova Caledônia (VNC), operação de níquel no Pacífico. A decisão final sobre a saída da VNC será tomada no ano que vem. Ele destacou que as operações de níquel da VNC e de carvão em Moatize (Moçambique) consumirão juntas caixa de US\$ 1,1 bilhão neste ano, US\$ 680 milhões em 2020 e US\$ 500 milhões em 2021.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 05/12/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo**

**Título: Siderúrgicas vão reajustar preço em 10% em janeiro**

A depreciação do real frente ao dólar, com a moeda negociada na faixa de R\$ 4,20, abriu espaço para que as siderúrgicas brasileiras de aços planos aumentem os preços do aço a partir do primeiro dia de janeiro. Os percentuais, para o mercado em geral, vão ficar ao redor de 10%. Especificamente para montadoras de automóveis, que têm negociações anuais, em separado, o reajuste em discussão é de até 7,5%.

O argumento das empresas é que com o câmbio atual o valor das matérias-primas - minério de ferro e carvão, principalmente -, dolarizados, sobem, impactando os custos de produção. Ao mesmo tempo, fez com que o prêmio do produto nacional em relação ao importado internado nos portos brasileiros ficasse negativo, na faixa de 4% e 6%.

Ontem, seguindo a decisão de suas concorrentes Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Usiminas, a Gerdau também decidiu comunicar aos clientes alta de 9,5% a partir do dia 2 de janeiro, conforme apurou o **Valor** com fontes do setor siderúrgico e com empresas consumidoras.

As siderúrgicas, procuradas, informam que não comentam acertos de preços com clientes.

A companhia gaúcha fabrica dois tipos de aço plano: laminado a quente, para diversas aplicações na indústria e construção civil, e chapa grossa, que tem usos mais específicos, como a indústria naval e a de implementos agrícolas.

A primeira siderúrgica a falar em aumento do aço em janeiro foi a Usiminas, sexta-feira passada, em evento com investidores em São Paulo. Informou que seriam 5%, pois, no fim de outubro, a empresa já tinha anunciado que estava aplicando reajuste de outros 5% ao longo deste trimestre.

Na quarta-feira à noite, conforme antecipou o **Valor PRO**, serviço de informação e tempo real do **Valor**, a CSN decidiu reajustar suas tabelas de preços em 10% a partir de 1º de janeiro. A informação foi confirmada ao jornal pelo diretor executivo comercial e de logística da siderúrgica, Luiz Fernando Martinez.

O aumento contempla todos os tipos de aços da CSN. Em planos, os laminados a quente, frio, zincado, folhas metálicas e pré-pintados. Nos longos, principalmente vergalhões. A nova tabela vai atingir consumidores da distribuição, construção civil, fabricantes de tubos e indústria em geral, como autopeças e linha branca.

Já com as montadoras de automóveis, segundo Martinez, as negociações encontram-se na fase final, com propostas da siderúrgica de aumento de 5% a 7,5%. Os novos preços para os clientes do setor automotivo também valerão a partir do início de janeiro.

Segundo uma fonte disse ao **Valor**, ontem à noite a ArcelorMittal Tubarão também deveria divulgar alta de seus produtos - laminados a quente, a frio e galvanizados. A expectativa dos consumidores era de que a empresa adotasse percentual semelhante aos concorrentes Gerdau e CSN.

O câmbio valorizado já afetou as importações de aços planos no país - em novembro, foram 48 mil toneladas, ante 100 mil um ano atrás. Em onze meses, a entrada de produto estrangeiro, que tem China como maior fornecedor, também registrou queda. A previsão é que o consumo aparente - vendas internas mais importados - do país feche este ano entre 3% e 3,5%. Para todos os tipos de aço - 2,5%.

Segundo Carlos Loureiro, presidente do Inda, entidade dos distribuidores de aços planos, a expectativa é que 2020 seja um ano de recuperação. Para os aços planos, se prevê consumo aparente de 4% a 5% maior - puxado por maior consumo e reposição de estoques. Nos aços longos, estima-se de 8% a 9% de alta, favorecidos pela expansão da construção imobiliária.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 05/12/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: Cynthia Decloedt**

**Título: Odebrecht adia assembleia e tenta alinhar com credores acordo sobre Braskem**

Recuperação judicial. Grupo espera que bancos cheguem a consenso sobre sua fatia de 50,1% na petroquímica, dada em garantia por empréstimos nos últimos anos; Odebrecht quer ter acesso a cerca de 80% dos dividendos da Braskem até a venda da petroquímica

A Odebrecht conseguiu adiar a assembleia-geral de credores de 21 de suas subsidiárias, marcada para ontem, na tentativa de alinhar um acordo com os bancos sobre a fatia do grupo na Braskem. A reunião será na próxima terça-feira, dia 10.

A companhia espera que os bancos detentores da participação de 50,1% da Odebrecht na Braskem, que foi toda dada em garantia por empréstimos concedidos nos últimos anos para socorrer o grupo, cheguem a um consenso sobre como lidarão com essas garantias. Para assegurar liquidez e honrar compromissos operacionais e financeiros, a Odebrecht quer ter acesso a cerca de 80% dos dividendos da Braskem até a venda da petroquímica, que também tem a Petrobrás como sócia.

Segundo o advogado da Odebrecht no processo de recuperação judicial, Eduardo Munhoz, o grupo trabalha para ver o plano de recuperação aprovado até o fim do ano e ter acesso aos dividendos de 2019.

Como um acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander sobre a

Braskem ainda não está fechado, a companhia chegou à assembleia de credores ontem sem um novo plano além do genérico apresentado 60 dias após a homologação da recuperação judicial. A Odebrecht tem dívidas de mais de R\$ 90 bilhões, sendo R\$ 51 bilhões na recuperação judicial, incluindo aquelas entre as empresas do próprio grupo.

Em conversa com jornalistas, Munhoz afirmou que a perspectiva é de que o novo plano não seja votado no dia 10. “Se os credores entenderem que será necessário mais uma semana, duas, prosseguiremos. O interesse da empresa é chegar a um plano sólido e que tenha o conCaixa. Antes de a assembleia ser suspensa, a Caixa Econômica Federal pediu 60 dias para analisar o novo plano, contados a partir de sua apresentação. Credor importante, com garantias relevantes, como o Parque Olímpico e o Centrad, em Brasília, o banco público vinha pressionando para também ter acesso às ações da Braskem. Foram as negociações com a Caixa que levaram a Odebrecht ao pedido de recuperação judicial, após o banco público executar algumas garantias.

O advogado da Odebrecht sinalizou que o novo plano deve ser apresentado após sexta-feira, dia 6, e até pouco antes da própria assembleia. Munhoz ressaltou ainda que aposta na aprovação em tempo recorde do plano da Odebrecht, ou seja, seis meses após sua apresentação.

Negociações. Segundo Munhoz, as negociações com os bondholders (detentores de títulos) que estão sendo feitas pela OEC, braço de engenharia do grupo que garante os bonds emitidos pela OFL (braço financeiro no exterior), caminham bem. A OEC trabalha em uma reestruturação extrajudicial de uma dívida de US\$ 3 bilhões, o que implica adesão de 60% desses credores.

A OFL está em recuperação judicial e seus credores, os bondholders, têm direito a voto. Munhoz afirmou que a companhia não precisa desses votos para aprovar o plano. A Caixa já questionou na Justiça o fato de a OFL ter sido listada entre as empresas em recuperação judicial, alegando conflito de interesses, uma vez que esses credores estão sendo pagos em negociação paralela. O banco público deve reiterar pedido para a retirada da OFL das empresas em recuperação judicial antes da próxima assembleia, segundo fontes. Com isso, a Caixa aumenta seu poder de voto.

‘Parece plano de quem não quer vender’

- Em evento nos EUA, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, disse ser “fortemente” contrário ao plano de venda da Braskem em 36 vezes, como foi manifestado pela Odebrecht. “Parece que é um plano de quem não quer vender nada.” Para ele, seria “razoável” uma venda em 12 meses - e por meio

de follow on (oferta de ações), defende a diretora executiva de refino e gás, Anelise Lara. "O mercado vai dizer quanto poderá ser obtido com a venda da Braskem", destacou Castelo Branco.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 05/12/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:** Júlia Moura

**Título:** Otimismo leva Bolsa de SP a superar os 110 mil pontos

Expectativa de acordo entre EUA e China e retomada no Brasil animam investidor

São Paulo- A Bolsa brasileira alcançou o patamar de no mil pontos pela primeira vez na história nesta quarta-feira (4). O Ibovespa subiu 1,23% e fechou aos 110.300 pontos.

A alta é fruto do viés positivo no exterior, após reportagem da Bloomberg apontar que um acordo comercial entre China e Estados Unidos está próximo, e ainda como reflexo do crescimento de 0,6% no PIB (Produto Interno Bruto) do terceiro trimestre, melhor que o esperado.

O recorde anterior era de 7 de novembro, quando o Ibo-vespa fechou acima dos 109 mil pontos pela primeira vez.

Segundo a Bloomberg, chineses e americanos estariam próximos de um acordo sobre quais tarifas seriam revertidas na fase 1 do acordo comercial. Na véspera, o presidente Donald Trump dissera que poderia deixar a primeira etapa do acordo para 2020, após as eleições presidenciais. Segundo as fontes ouvidas pela reportagem, os comentários do presidente não devem ser interpretados como uma paralisação das conversas.

Ainda segundo a notícia, o apoio de Washington a Hong Kong não deve atrapalhar a fase 1, que deve se concretizar antes do dia 15, quando novas tarifas entrariam em vigor.

Em Nova York, os principais índices fecharam em alta. Dow Jones e Nasdaq subiram 0,5% cada um, e o S&P 500,0,6%. Na Europa, Frankfurt avançou 1%.

No Brasil, o Ibovespa também foi impulsionado por Petrobras, cujas ações preferenciais (mais negociadas) subiram 2,3%. A valorização da empresa acompanha a alta do barril de petróleo. O Brent subiu 3,6%, para US\$ 63.

O plano de desinvestimentos da estatal também animou investidores. Nesta quarta, aconteceu a primeira apresentação do Plano Estratégico 2020-2024 da Petrobras a analistas e investidores, em Nova York.

Segundo o diretor-executivo de Exploração e Produção, Carlos Alberto Oliveira, a companhia poderá colocar à venda mais campos marítimos de petróleo em produção, como participações nos campos de Marlim e Papa-Terra, ambos na bacia de Campos.

Os desinvestimentos totais previstos pela empresa variam de US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões no período do plano, sendo a maior concentração em 2020 e 2021.

Também estão nos planos a criação de uma empresa, com usinas térmicas, que poderá ser listada em Bolsa, e a venda de metade de sua capacidade de refino no Brasil, além de ativos de gás e em outros países.

A Petrobras poderá se desfazer de participação na BR Distribuidora, ainda em 2020, na Braskem — que levantaria de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões — e de ativos na Bolívia.

Otras companhias que tiveram um bom desempenho na sessão foram Itaú e BTG, bancos ligados ao IPO (oferta pública inicial, na sigla em inglês) da XP, que subiram 3,6% e 4,4%, respectivamente. A expectativa é que a corretora passe a ser negociada na Bolsa de Nova York na terça (10).

O otimismo levou o volume negociado na Bolsa brasileira a superar a média diária para o ano, a R\$ 18 bilhões.

O dólar, no entanto, fechou estável, a R\$ 4,204. Durante o pregão, a moeda americana chegou a cair para R\$ 4,185, mas perdeu força.

Segundo Stéfany Oliveira, analista de investimentos da Toro, ainda há uma barreira dos investidores no patamar de R\$ 4,20. Ou seja, o mercado não vê o dólar abaixo desse valor no momento, e, quando a cotação caiu, investidores foram às compras da moeda, o que elevou seu valor.

Ela aponta ainda que o crescimento na indústria, que teve o melhor outubro desde 2012, não pesou contra e nem a favor do mercado.

“A produção industrial veio ligeiramente abaixo do que o mercado esperava, mas não surpreendeu. O recorde do Ibovespa foi, em grande parte, fruto da aproximação de China e EUA em torno de um acordo comercial e do PIB, que mostrou um aumento saudável, impulsionado pelo consumo das famílias e por investimento, e não por gastos do governo”, diz Stéfany.

Com agências de notícias

**MME / ASCOM .**